

## Governo quer Guarda Nacional para atuar em conflitos de terra

Por Cláudia Carneiro

Brasília - O Palácio do Planalto deverá assumir a proposta de criação da guarda nacional, que seria acionada para atuar em conflitos específicos - como no tráfico de drogas e invasões de sem-terra - e calamidade pública. A proposta, do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), foi apresentada ao ministro de Assuntos Políticos, Luiz Carlos Santos, e está sendo analisada pela assessoria jurídica da Presidência da República.

Um dos líderes da bancada ruralista na Câmara dos Deputados,

Lupion já fechou acordo para que seu projeto de lei seja incluído na proposta de emenda constitucional que cria o Regime Jurídico dos Militares. O deputado recebeu sinal verde do relator e do presidente da comissão, deputados Werner Wanderer (PFL-PR) e Silas Brasileiro (PMDB-MG). A emenda poderá ir à votação no plenário da Câmara ainda este mês.

A proposta de Lupion prevê a formação da guarda nacional por contingentes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros dos Estados. A guarda seria comandada pelas Forças Armadas, mas só poderia ser

convocada pelo presidente da República. Em sua prerrogativa, o presidente poderia convocar a guarda nacional para atuar em operações como a de combate ao tráfico de drogas, no Rio de Janeiro, substituindo assim o Exército, e nos conflitos de terra.

"Será uma espécie de batalhão de choque", explicou o deputado Lupion. "O Exército não é acostumado a resolver conflitos urbanos ou rurais, ele tem treinamento de fronteira e atua em guerras." O que levou o parlamentar a trabalhar pela sua proposta foi o confronto dos ruralistas com os sem-terra.

## Governo oferece R\$ 2 milhões para posseiros deixarem reserva

Belém - O governo federal quer pagar uma indenização de R\$ 2 milhões aos 9 mil moradores do povoado de Quiosque, em Montes Altos (sul do Maranhão), para que eles saiam da reserva de 146 mil hectares dos índios Krikatis. Na área, já se encontram engenheiros e topógrafos da Funai (Fundação Nacional do Índio) para começar o trabalho de demarcação. Os moradores consideram "ridícula" a proposta do governo e continuam dispostos a impedir a demarcação.

Na última terça-feira, os posseiros balearam os krikatis Taubate e Taneti, aumentando o clima de tensão já existente na área desde o final de 96.

Agentes da Polícia Federal,

além de policiais civis e militares do Maranhão, estão desde quarta-feira (05) na reserva conversando com líderes dos posseiros e índios, na tentativa de evitar novos conflitos. A prefeita de Montes Altos, Patrícia Ferraz Castilho, viajou ontem para Imperatriz, onde se reuniu com o administrador da Funai em Araguaína (TO), José Araújo Filho. "Vou dizer a eles que esse conflito não interessa nem aos brancos nem aos krikatis", afirmou Patrícia.

Em janeiro passado, os índios incendiaram e derrubaram duas torres de transmissão de energia elétrica da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte), protestando contra a morosidade na demarcação da reserva.